

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**

(Processo Administrativo nº 1.325/2025)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Credenciamento de empresas interessadas na concessão de direito real de uso temporário e oneroso de 16 (dezesseis) incubadoras, com aproximadamente 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) cada, matrícula 61.589 de propriedade do Município de Dois Vizinhos – PR, que oferecerão infraestrutura a empresas em fase inicial de desenvolvimento, com base na Lei municipal nº 2.393/2020, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL 1º ANO	VALOR MENSAL 2º ANO	VALOR MENSAL 3º ANO
1	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 1 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
2	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 2 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
3	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 3 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
4	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 4 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
5	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM

	5 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR			
6	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 6 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
7	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 7 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
8	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 8 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
9	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 9 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
10	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 10 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
11	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 11 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
12	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 12 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
13	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 13 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
14	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 14 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM

15	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 15 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
16	CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO INCUBADORA Sala nº 16 da Incubadora, edificada no Lote de terras rural nº 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, Município de Dois Vizinhos – PR	0,75 UFM	1 UFM	1,25 UFM
<b>TOTAL ESTIMADO</b>				<b>289.889,28</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O edital de chamamento ficará aberto/vigente pelo período de 30 (trinta) dias, contados após a publicação no PNCP.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas do Estudo Técnico Preliminar.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;

- 4.1.2. A empresa incubada deverá adotar práticas para mitigar os impactos ambientais da sua operação, bem como se responsabilizar pela adequada disposição final ou destinação dos resíduos gerados no desempenho das suas atividades;
- 4.1.3. Priorizar por máquinas/equipamentos que consumam menos energia e/ou utilizem energias renováveis.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

- 4.2. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

#### **Subcontratação**

- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

- 4.5. Será exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte.

#### **Vistoria**

- 4.6. As empresas interessadas em vistoria prévia do local para pleno conhecimento das condições e peculiaridades das salas, o representante legal da mesma deverá solicitar via e-mail: [sdectt@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:sdectt@doisvizinhos.pr.gov.br), esta visita será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h30 às 16h.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições da execução**

- 5.1. A empresa deve se instalar no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da divulgação do resultado, e somente poderá ser prorrogado em casos excepcionais, a critério do Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, sob pena de exclusão da relação de selecionados;

5.1.1. Sem prejuízos para as participantes, o prazo estabelecido começa a contar a partir da assinatura do Termo de Credenciamento;

- 5.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser solicitada/justificada por escrito e previamente autorizada pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos;

- 5.3. As empresas participantes do programa farão jus à utilização, em caráter individual, e de forma temporária, de área física em imóvel onde estiver instalada a Incubadora, de acordo com a disponibilidade do espaço, e, de forma compartilhada das áreas comuns;

- 5.4. As empresas participantes do programa arcarão com os pagamentos das suas despesas individuais ou compartilhadas, tais como consumos de água, energia, telefone, internet, dentre outras;

- 5.5. Zelar pela manutenção e conservação do bem, objeto do Contrato de Concessão;

- 5.6. Usar o bem, objeto da Concessão de Direito Real de Uso oneroso, exclusivamente para a finalidade prevista em seu contrato social ou Estatuto;

- 5.7. Deverão recolher em dia o valor mensal de contrapartida relativo à incubação, conforme previsão legal do Parágrafo único e incisos do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.393/2020, sendo o valor reajustado anualmente com base no valor da UFM do respectivo ano em exercício;
- 5.8. Em caso de inadimplência por 6 (seis) meses consecutivos ou alternados, o contrato de incubação considerar-se-á rescindido de pleno direito;
- 5.9. As empresas participantes do programa que se instalarem em barracões sem adaptações necessárias à sua utilização, necessitando de ajustes tais como fechamento lateral, colocação de pisos, construção de banheiros, instalações elétricas e hidráulicas internas ou outras necessárias ao funcionamento da empresa incubada, poderão solicitar autorização ao Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos para sua realização;
- 5.10. As adaptações ou melhoramentos correrão por conta exclusiva da empresa incubada e só poderão ser iniciadas sua realização se previamente autorizadas em ato formal pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos;
- 5.11. As empresas incubadas que efetivarem as adaptações necessárias à utilização do espaço físico das incubadoras restarão isentas de recolher a taxa mensal de que trata o caput do art. 7º, por igual período ou até o limite do valor que efetivamente tenham desembolsado, conforme Planilha Padrão de Custos fornecida;
- 5.12. O prazo estabelecido para a concessão será de até 5 (cinco) anos conforme Lei Municipal nº 2.393/2020, iniciando imediatamente após as assinaturas do Contrato de Incubação;
- 5.13. Ao término do prazo de incubação, ou, na hipótese de a empresa resolver deixar o programa antes de findo aquele, a incubada deverá devolver o espaço em que esteve instalada na Incubadora de Empresas no estado em que se encontrar, e com perfeitas condições de conservação e utilização por outra empresa;
- 5.14. Em nenhuma hipótese haverá direito de retenção das benfeitorias ou indenização às empresas incubadas pelos melhoramentos ou adaptações que realizarem.
- 5.15. Manter atividades, industrial ou de prestação de serviços;
- 5.16. Cumprir com as Legislações municipal, ambiental, trabalhista e fiscal de acordo com suas atividades;
- 5.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 5.18. No prazo de 1 (um) ano as empresas incubadas devem comprovar a geração de no mínimo mais 1(um) emprego.

## **DA CONTRAPARTIDA**

- 5.19. As empresas incubadas utilizarão, em caráter individual, e de forma temporária, de área física em imóvel onde estiver instalada a Incubadora, de acordo com a disponibilidade do espaço, e, de forma compartilhada das áreas comuns;
- 5.20. Zelar pela manutenção e conservação do bem, objeto do Contrato de Concessão;
- 5.21. Usar o bem, objeto da Concessão de Direito Real de Uso oneroso, exclusivamente para a finalidade prevista em seu contrato social ou Estatuto;

- 5.22. As empresas incubadas deverão recolher em dia o valor mensal de contrapartida relativo à incubação, conforme previsão legal na Lei Municipal nº 2393/2020, sendo o valor reajustado anualmente com base no valor da UFM do respectivo ano em exercício;
- 5.23. Em caso de inadimplência por 6 (seis) meses consecutivos ou alternados, o contrato de incubação considerar-se-á rescindido de pleno direito;
- 5.24. As empresas participantes do programa arcarão com os pagamentos das suas despesas individuais ou compartilhadas, tais como consumos de água, energia, telefone, internet, dentre outras;
- 5.25. As empresas que se instalarem em barracões sem adaptações necessárias à sua utilização, necessitando de ajustes tais como fechamento lateral, colocação de pisos, construção de banheiros, instalações elétricas e hidráulicas internas ou outras necessárias ao funcionamento da empresa incubada, poderão solicitar autorização ao Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos para sua realização;
- 5.26. Ao término do prazo de incubação, ou, na hipótese de a empresa resolver deixar o programa antes de findo aquele, a incubada deverá devolver o espaço em que esteve instalada na Incubadora de Empresas no estado em que se encontrar, e com perfeitas condições de conservação e utilização por outra empresa;
- 5.27. Em nenhuma hipótese haverá direito de retenção das benfeitorias ou indenização às empresas incubadas pelos melhoramentos ou adaptações que realizarem.
- 5.28. Manter atividades, industrial ou de prestação de serviços;
- 5.29. Cumprir com as Legislações municipal, ambiental, trabalhista e fiscal de acordo com suas atividades;
- 5.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos e pelo Conselho de Fomento à Produção.
- 6.4. A fiscalização do credenciamento visará:
- 6.5. Verificar a veracidade das informações e documentos apresentados pelas empresas credenciada;
- 6.6. Acompanhar o cumprimento das exigências previstas no edital e na legislação municipal vigente;



6.7. Descredenciar ou aplicar sanções administrativas, caso sejam constatadas irregularidades, falsidade documental, etc.

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.11. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.11.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.11.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.11.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.11.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.11.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.11.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o concessionário que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao concessionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o concessionário der causa à inexecução parcial do Termo de Concessão, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### Reversão

- 7.2.4. Se a concessionária desvirtuar a finalidade expressamente consignada na Lei municipal nº 2.393/2020 não cumprir com seu plano de negócio, ou ceder a terceiro o espaço em que estiver instalada na Incubadora de Empresas, o contrato de incubação será rescindido unilateralmente pelo Município, sem prejuízo das sanções aplicáveis. Tendo a incubada o prazo de até 30 (trinta) dias para desocupar e devolver o espaço no estado em que se encontrar ao Município, e com perfeitas condições de conservação e utilização por outra empresa.
- 7.2.5. não utilizados em conformidade com o projeto apresentado e aprovado e na sua finalidade;
- 7.2.6. decorridos 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato ou documento equivalente e não tenha sido iniciada as atividades propostas;



- 7.2.7. ocorrer a extinção ou falência da empresa;
  - 7.2.8. alienação, por qualquer forma, a área recebida do Poder Público Municipal;
  - 7.2.9. dar ao imóvel utilização diversa da prevista no Projeto do Empreendimento, salvo em caso de comprovada melhoria do empreendimento ou diversificação da atividade econômica, que reverta em benefício do Município;
  - 7.2.10. paralisação das atividades;
  - 7.2.11. Diminuição, sem justificativa, do número de empregados;
  - 7.2.12. Violar obrigações tributárias;
  - 7.2.13. transferência do estabelecimento sede para outro Município. deverá a empresa beneficiada desocupar o imóvel num prazo máximo de 30(trinta) dias, sem direito a indenização, deixando a área como estava por ocasião do recebimento, sob pena de retenção das benfeitorias, resguardando-se, ainda, o direito de perdas e danos por parte do Município, na forma da Lei Civil.
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à concedente.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
  - 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. As empresas serão selecionadas por meio de processo auxiliar de Credenciamento com fundamento no art. 79, Inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: propiciar/facilitar ampla participação e concorrência de microempresas e empresas de pequeno porte.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.10. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.20. Fica dispensada a exigência da apresentação do Balanço Patrimonial, considerando o processo de chamamento não envolve disputa de melhor/menor preço, além das contrapartidas previstas serem de baixo valor monetário, não sendo o foco da iniciativa a arrecadação, mas sim o fomento ao empreendedorismo local, em especial as micro e pequenas empresas conforme estabelece a Lei municipal nº 2.393/2020. Além do mais as proponentes deverão apresentar Plano de Negócios contendo projeções, estratégias e estrutura da empresa e Planilhas Técnica Quantitativa e Qualitativa que demonstrem a capacidade operacional e a sustentabilidade do projeto, além do comprometimento da empresa com os objetivos da política pública, substituindo adequadamente o balanço patrimonial.

### **Qualificação Técnica**

8.21. Após serem credenciadas as interessadas serão analisados os documentos técnicos de habilitação pelo Conselho de Fomento à Produção, o qual emitirá Parecer Técnico e homologado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme art.10 da Lei municipal nº 2.393/2020.

8.22. Os interessados em participar do programa deverão apresentar, no mínimo:

- I. um plano de negócio, acompanhado pela Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa;
- II. declaração e comprovação de que pelo menos um fundador ou sócio possui formação ou experiência profissional comprovada na área de atuação do negócio.

8.23. A Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa estabelecerá como critérios determinantes para liberação dos benefícios, as seguintes condições:

- 8.23.1. Geração de empregos;
- 8.23.2. Área de atuação;
- 8.23.3. Tipo de produto ou serviço;
- 8.23.4. Porte da empresa;
- 8.23.5. Forma e modalidade de investimentos;
- 8.23.6. Natureza do empreendimento;
- 8.23.7. Novo, expansão ou outro;
- 8.23.8. Aplicação e utilização de tecnologias;
- 8.23.9. Impacto sobre o meio ambiente;
- 8.23.10. Cronograma de execução do empreendimento;
- 8.23.11. Impacto Fiscal e Tributário;
- 8.23.12. Natureza e utilização de mão-de-obra;
- 8.23.13. Programas e Benefícios Sociais;
- 8.23.14. Experiência na atividade e Formação Técnica;
- 8.23.15. Impacto de ocorrência direta com outra empresa de mesmo produto ou serviço, incubada no mesmo período de incubação, se houver.

8.24. As empresas interessadas serão classificadas com base nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS			PONTUAÇÃO MÁXIMA	PESO
Geração de empregos	Até 01 emprego		5	7
	02 empregos		6	
	Mais que 2 empregos		7	
Área de atuação	Industria		8	8
	Serviços		7	
	Comércio		4	
Tipo de Produto ou Serviço	Inovação/Tecnologia		7	7
	Demais ramos		6	
Porte da empresa	MEI – Microempreendedor Individual		7	7
	Micro Empresa		6	
	Empresa de Pequeno Porte		5	
Forma e modalidade de investimento	Privado	Fixo	5	6
		Variável	6	
	Financiamento		2	
	Direto		6	
	Indireto		5	
Natureza do empreendimento	Novo		4	6
	Expansão		6	
	Outro		3	
Aplicação e utilização de técnicas	Sim		7	7
	Não		6	
Impacto sobre ao meio ambiente, conforme CONAMA	Alto - Irreversível, abrangente, alto risco		1	8

	Médio - Reversível com controle, impacto significativo local	5	
	Baixo - Local, de pequena escala, facilmente mitigável	8	
Cronograma de execução do empreendimento	Menos de 120 dias	8	8
	Até 120 dias	6	
	Mais de 120 dias	0	
Impacto fiscal e tributário	ISS	9	9
	ICMS	5	
	ISS E ICMS	8	
Natureza e utilização de mão-de-obra	Empregado CLT	7	7
	Jovem aprendiz	4	
	Estagiário	2	
Programas e Benefícios Sociais, exemplos: Inclusão de pessoas com deficiência; Contratação de Jovem Aprendiz, Programas de Responsabilidade Social Corporativa	Sim	7	7
	Não	3	
Experiência na atividade e Formação Técnica	Até 2 anos	5	7
	Mais de 2 anos	7	
Impacto de ocorrência direta com outra empresa de mesmo produto ou serviço, incubada no mesmo período de incubação, se houver	Ramo de atividade ainda não explorado no município	6	6
	Ramo de atividade já explorada	3	
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	<b>100</b>

## Disposições gerais sobre habilitação



8.24. Considerar-se-á apto a participar do programa instituído por esta Lei e instalar a empresa na Incubadora de Empresas quando selecionado e aprovado o Plano de Negócio analisados pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, com parecer técnico, e homologação daquele pelo Chefe do Poder Executivo.

8.25. Havendo um empate na pontuação e número de empresas interessadas maiores que as salas disponíveis da incubadora, serão adotados para efeito de desempate a ordem de CREDENCIAMENTO.

## 9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. A concessão de uso será paga ao município por meio de guias de arrecadação, após assinatura do Termo de Concessão/Contrato, o responsável designado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, deverá dirigir-se ao Departamento de Tributação do Município de Dois Vizinhos para emissão das guias de arrecadação em nome da empresa incubada.

9.2. As guias serão geradas com vencimento até o dia 10 do mês subsequente a assinatura Termo de Concessão/Contrato.

9.3. Será considerada data do pagamento o dia em que for quitada a guia.

### Reajuste

9.4. O reajuste dos valores devidos ao Município pertinentes a futura e eventual concessão das salas da incubadora, encontra-se definido junto ao Parágrafo único e Incisos do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.393/2020, observando-se que os preços serão reajustes anualmente com base no valor da UFM, conforme dispositivo legal supracitado.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA INCUBAÇÃO

10.1. O valor estimado da incubação, a ser pago ao município de Dois Vizinhos, corresponde ao percentual da UFM, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. O valor mensal a ser recebido pelo município será proporcional ao valor da UFM municipal.

10.3. O valor da UFM municipal é atualizado anualmente via Decreto, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

11.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.3. ANEXO I – Planilha Quantitativa e Qualitativa;

11.4. ANEXO II – Plano de Negócios/Plano de Ação

Dois Vizinhos, 22 de julho de 2025.

---

Irival Di Domenico  
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico



**ANEXO I -  
PLANILHA TÉCNICA QUANTITATIVA E QUALITATIVA**

NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
MUNICÍPIO:
CONTATOS:
E-MAIL:

<b>1- GERAÇÃO DE EMPREGOS</b>
QUANTIDADE (Nº) EMPREGOS
<input type="checkbox"/> ATÉ 1 EMPREGO
<input type="checkbox"/> ATÉ 2 EMPREGOS
<input type="checkbox"/> ACIMA DE 2 EMPREGOS

<b>2- ÁREA DE ATUAÇÃO DA EMPRESA (ASSINALAR A PRINCIPAL ATIVIDADE)</b>
TIPO/SETOR DISCRIMINAR
<input type="checkbox"/> INDUSTRIAL
<input type="checkbox"/> COMERCIAL
<input type="checkbox"/> SERVIÇOS

<b>3- TIPOS DE PRODUTO OU SERVIÇO</b>	
<input type="checkbox"/> INOVAÇÃO/TECNOLOGIA	
<input type="checkbox"/> DEMAIS RAMOS	

<b>4- PORTE DA EMPRESA CONSIDERANDO A RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	
<input type="checkbox"/> MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	
<input type="checkbox"/> MICRO EMPRESA	
<input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP	

<b>5- FORMA E MODALIDADE DO INVESTIMENTO</b>
<input type="checkbox"/> PRIVADO <input type="checkbox"/> FIXO <input type="checkbox"/> VARIÁVEL
<input type="checkbox"/> FINANCIAMENTO <input type="checkbox"/> DIRETO <input type="checkbox"/> INDIRETO

<b>6- NATUREZA DO EMPREENDIMENTO (NOVO OU ALTERAÇÃO)</b>
<input type="checkbox"/> IMPLANTAÇÃO DE EMPRESA NOVA
<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO (NOVA SEDE)
<input type="checkbox"/> REATIVAÇÃO DE EMPREENDIMENTO PARALIZADO A MAIS DE DOIS ANOS

<b>7- APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA (ASSINALAR O ITEM PRINCIPAL)</b>
<input type="checkbox"/> PRODUTO DE BASE TECNOLÓGICA AVANÇADA (TECNOLOGIA DE PONTA)

<input type="checkbox"/> PRODUTO COM AGREGAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E QUALIFICAÇÕES
<input type="checkbox"/> PRODUTO SEM GERAÇÃO DE TECNOLOGIA.
OBS: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA É O CONHECIMENTO CIENTÍFICO OU EMPÍRICO APLICADO NA FORMA DE NOVOS PRODUTOS OU PROCESSOS DE PRODUÇÃO. JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA COM BASE NO ENUNCIADO
R:

<b>8- IMPACTO SOBRE O MEIO AMBIENTE</b>
<input type="checkbox"/> SEM RISCO DE POLUIÇÃO
<input type="checkbox"/> MÉDIO RISCO DE POLUIÇÃO, COM EQUIPAMENTO DE CONTROLE SECUNDÁRIO
<input type="checkbox"/> MÉDIO RISCO DE POLUIÇÃO, COM EQUIPAMENTOS DE CONTROLE PRIMÁRIO
<input type="checkbox"/> ELEVADO RISCO DE POLUIÇÃO, COM EQUIPAMENTO DE CONTROLE SECUNDÁRIO
<input type="checkbox"/> ELEVADO RISCO DE POLUIÇÃO, COM EQUIPAMENTOS DE CONTROLE PRIMÁRIO
<input type="checkbox"/> UTILIZAÇÃO DE MATERIAL RECICLADO

<b>9- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>
<input type="checkbox"/> MENOS QUE 120 DIAS
<input type="checkbox"/> ATÉ 120 DIAS
<input type="checkbox"/> MAIS QUE 120 DIAS

<b>10- IMPACTO FISCAL E TRIBUTÁRIO (ASSINALAR O ÍTEM PRINCIPAL)</b>
<input type="checkbox"/> RECOLHIMENTO DE ISS
<input type="checkbox"/> RECOLHIMENTO DE ISS E ICMS
<input type="checkbox"/> RECOLHIMENTO DE ICMS
<input type="checkbox"/> RECOLHIMENTO DE IPI

<b>11- NATUREZA E UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA</b>
<input type="checkbox"/> EMPREGADO CLT
<input type="checkbox"/> JOVEM APRENDIZ
<input type="checkbox"/> ESTAGIÁRIO
<input type="checkbox"/> OUTROS ( ) ESPECIFICAR:
<input type="checkbox"/> EXISTENTE TREINAMENTO/ QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA? QUAL?

<b>12- PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS</b>	
1º	
2º	
3º	

<b>13- EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE E FORMAÇÃO TÉCNICA</b>
RESIDENTE NO MUNICÍPIO ( ) SIM ( ) NÃO
EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE E FORMAÇÃO TÉCNICA
TEMPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO
( ) ATÉ 2 ANOS
( ) DE 2 a 3 ANOS

<b>14. IMPACTO DE CONCORRÊNCIA DIRETA COM OUTRA EMPRESA DE MESMO PRODUTO OU SERVIÇO, A SER INCUBADA, SE HOUVER</b>	JUSTIFIQUE
( ) SIM ( ) NÃO	



## ANEXO II

### MODELO DE PLANO DE NEGÓCIOS/PLANO DE AÇÃO

#### 1. DADOS DA EMPRESA

Razão Social:  
Nome Fantasia:  
CNPJ:  
Endereço atual:  
Telefone / E-mail:  
Representante legal:  
Data de constituição:

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto:  
Área de Atuação (industrial, tecnológica, serviços, inovação, etc.):  
Tempo estimado para implantação:  
Número estimado de empregos diretos e indiretos a serem gerados:  
Motivação para instalação na incubadora:

#### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

##### Apresente de forma resumida:

O que é o negócio;  
Qual produto ou serviço será oferecido;  
Público-alvo;  
Diferencial competitivo;  
Metas de curto, médio e longo prazo;  
Justificativa para a ocupação da incubadora.

#### 4. ANÁLISE DE MERCADO

Descrição do setor de atuação;  
Identificação do público-alvo;  
Concorrência direta e indireta;  
Tendências de mercado;  
Estratégias de posicionamento.

#### 5. PRODUTOS OU SERVIÇOS

Descrição técnica dos produtos/serviços oferecidos;





Grau de inovação ou diferencial tecnológico;

Estágio de desenvolvimento (protótipo, produção, testes etc.);

Potencial de escalabilidade.

## **6. PLANO DE MARKETING**

Estratégias de divulgação e promoção;

Canais de venda e distribuição;

Política de preços;

Parcerias comerciais ou institucionais.

## **7. PLANO OPERACIONAL**

Local de operação (se já houver);

Infraestrutura e equipamentos necessários;

Etapas de produção ou prestação de serviço;

Logística e fornecedores.

## **8. EQUIPE**

Composição da equipe atual (sócios, colaboradores);

Experiência dos responsáveis;

Perfil técnico e gerencial;

Necessidade de contratação futura.

## **9. PLANO FINANCEIRO (PREVISÃO DE 24 MESES)**

Investimento inicial (se já realizado);

Estimativa de custos fixos e variáveis;

Receita projetada;

Fluxo de caixa previsto;

Ponto de equilíbrio estimado.

## **10. SUSTENTABILIDADE E IMPACTO LOCAL**

Ações voltadas à sustentabilidade ambiental, social ou econômica;

Contribuição para o desenvolvimento local;

Potencial de articulação com instituições locais (universidades, cooperativas, poder público, etc.).

## 11. NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA

Equipamentos e instalações essenciais para a operação;

Justificativa para utilização do espaço na incubadora;

Estimativa de tempo necessário para instalação.

## 12. PROJEÇÃO DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS

ANO	EMPREGOS DIRETOS	EMPREGOS INDIRETOS
1º ANO		
2º ANO		
3º ANO		



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 66F5-8848-009D-C279

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IRIVAL DIDOMENICO (CPF 082.XXX.XXX-21) em 24/07/2025 10:25:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/66F5-8848-009D-C279>